

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES PAULO
FREIRE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

1 Introdução	04
2 História e Memória do CMET Paulo Freire	07
3 Diagnóstico da Comunidade	13
4 Fundamentos	15
4.1 Fundamentos Filosóficos.....	15
4.2 Fundamentos Pedagógicos	19
5 Planejamento	21
6 Organização da Ação Educativa	24
7 Avaliação Emancipatória	27
8 Organização dos Grupos	29
9 Organização do Ambiente Físico	31
10 Equipe Multiprofissional	33
10.1 Equipe Diretiva, Pedagógica e Cultural.....	33
10.1.1 Direção	34
10.1.2 Assessoria Financeira	34
10.1.3 Coordenação Cultural	34
10.1.4 Coordenação de Turno	35
10.1.5 Coordenação Pedagógica	35
10.2 Orientação Educacional	35
10.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Salas de Integração e Recursos (SIRs)	35
10.4 Psicopedagogia	36
10.5 Laboratório de Aprendizagem.....	36
10.6 Biblioteca	36
10.7 Programa de Trabalho Educativo (PTE)	36
10.8 Cursos e Oficinas.....	37
10.9 Professores	37
10.10 Secretaria	37
10.11 Nutrição	37
10.12 Serviços Gerais	38
Referências	39

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Entidade Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação

Rua dos Andradas, 680

Porto Alegre

cep 90020/004

Telefone 32891830.

Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire

Rua Santa Teresinha, 572

Porto Alegre

CEP 90040/180

cmet.paulofreire@smed.prefpoa.com.br

Fone / fax 32274365

Registro de criação: Decreto nº 11361, de 17 de novembro de 1995.

1 INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES PAULO FREIRE

O CMET Paulo Freire faz parte da RME, situado à rua Santa Teresinha, 572, Bairro Santana, cep 90040/180, telefone 32274365, email: cmet.paulofreire@smed.prefpoa.com.br, cuja mantenedora é a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, situada à Rua dos Andradas,680, cep 90020/004, telefone 32891830.

O Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores/ CMET Paulo Freire existe para jovens e adultos, oferecendo, portanto, o currículo da Educação Fundamental modalidade EJA¹.

O CMET Paulo Freire conta com espaços que possibilitam uma formação capaz de romper com as dicotomias educação/cultura e educação/trabalho, permitindo assim um campo de oportunidades que atenda às demandas da comunidade e garanta o direito à educação em uma sociedade multicultural, sem esquecer da importância do mundo do trabalho, oferecendo, portanto, a possibilidade de experimentação e de formação profissional.

O currículo do CMET Paulo Freire, denominado Educação Permanente ao Longo da Vida, contempla os princípios e a estrutura da EJA. Organiza-se por Totalidades de Conhecimento, fundamentadas na construção de conceitos, na educação inclusiva, na avaliação emancipatória e em cursos e ou oficinas periódicos, indo além dos muros da escolarização.

O CMET Paulo Freire atua com trabalhadores² em geral e filhos destes: jovens (a partir de 15 anos), adultos, educandos com deficiência e idosos. É importante, todavia, salientar que a presença de educandos com deficiência não configura o Centro enquanto escola especial. Em função dessa diversidade, educação no Centro se caracteriza e assume a inclusão nos princípios que regem este Projeto Político Pedagógico nos espaços e tempos diferenciados de formação em todas as atividades.

¹ EJA – Educação de Jovens e Adultos.

² Entendemos “trabalhadores” como uma questão de classe social. Trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho (físico e/ou intelectual) ao capital. Portanto, cabem aqui empregados, desempregados, subempregados, aposentados e filhos destes.

Para que todos tenham acesso, permanência e qualidade no currículo do Centro, é imprescindível que ele seja diverso e dinâmico e que possa proporcionar experimentações pedagógicas advindas de estudos individuais e ou coletivos, assim como professores, equipe diretiva e assessoria especializada (por exemplo, psicopedagogos, orientadores educacionais, educadores especiais, e outros profissionais necessários ao desenvolvimento do trabalho) que aceitem o desafio.

Estes documentos, o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Regimento Escolar foram reavaliados e reescritos com a participação de todos os segmentos da comunidade do CMET, momento em que a comunidade escolar ratificou sua opção por trabalhar política e pedagogicamente com a classe trabalhadora e com a educação popular, assumindo a educação inclusiva não como um princípio de respeito à diferença, mas como o direito à educação para todos.

A gestão do CMET é assumidamente democrática, uma vez que todos os segmentos de sua comunidade participam efetivamente de todas as decisões através das assembleias gerais ou por segmentos (alunos, professores, funcionários, pais) num desdobramento de ações do Conselho Escolar e equipe diretiva. Convém frisar que o PPP e seu Regimento são o reflexo da práxis que acontece no CMET e, como práxis, são documentos que constantemente são reavivados: anualmente é elaborado o Plano Global que representa a concretização das afirmações do PPP e do Regimento, precedidos da avaliação das ações do ano anterior realizadas pelo coletivo do Centro e aprovadas em assembleias de cada segmento com presenças registradas em ata.

De acordo com Hernandez (2003, p. 8 - 11),

O PPP de uma escola deve estar vinculado à melhoria da escola, e esta, por sua vez, à mudança educativa. O mesmo, em seu processo, deve incluir toda a comunidade educativa no planejamento de suas metas de melhoria. Os projetos que organizam o trabalho de uma escola não podem ser impostos por decreto, mas devem ser um resultado de um processo de questionamento e de formação, no qual a maior parte da comunidade educativa esteja envolvida. Portanto, é uma necessidade e não uma obrigação. Se se torna um dever, acaba dentro de uma gaveta na sala da direção e de nada serve para revisar as tarefas diárias da escola e refletir sobre elas. Também se acredita que o PPP da escola não pode ser um documento que reflete desejos e grandes palavras. Ele se torna um lugar da memória de uma realidade que é construída dia-a-dia, um lugar no qual se pensa no caminho que se está sendo feito a partir da reflexão indagadora do conhecimento que é gerado na prática. O PPP não se transforma, assim,

em um documento: é uma prática de vida da escola e uma proposta “real” para continuar melhorando e aprendendo.

Além das Totalidades de Conhecimento, o CMET oferece cursos/oficinas, momento em que acontece uma maior integração do Centro com a comunidade porque pessoas da comunidade, além de poderem participar, podem ministrar as mais diversas atividades nas quais possuam habilidade. Fazem parte professores, voluntários, ongs e instituições vinculadas ao poder público. Enquanto projetos, eles se desenvolvem integrados com o PPP do Centro. São integradores dos princípios e dos conceitos trabalhados, bem como do cotidiano da sala de aula.

O CMET Paulo Freire compromete-se com os seguintes objetivos:

- a) Educar e educar-se na mobilização, organização, formação e politização de todos os envolvidos, possibilitando a intervenção e transformação da realidade.
- b) Produzir a escrita e a leitura dos conhecimentos das diversas áreas, num processo permanente de interação com a realidade e reflexão sobre a mesma.
- c) Garantir a palavra em suas diversas acepções e a comunicação entre as diferentes linguagens (Braille e outras).
- d) Proporcionar acesso à informação através de múltiplas fontes.
- e) Viabilizar à comunidade múltiplas possibilidades de interação com os variados espaços construídos socialmente ao longo da história, pelas diferentes instituições, etnias, gêneros e culturas.
- f) Possibilitar a relação com o mundo do trabalho através de teorias, vivências e práticas.
- g) Contribuir para a divulgação dos espaços e serviços públicos e privados da cidade, estimulando a utilização e a apropriação dos mesmos.
- h) Contribuir para a ressignificação dos hábitos associados à participação e à gestão democrática deste Centro e fora dele, rompendo com práticas historicamente embasadas no paternalismo ou clientelismo.
- i) Estimular e implementar formas de cooperação entre professores, educandos, funcionários e comunidade em geral.
- j) Desnaturalizar as relações histórico-sócio-culturais, buscando alternativas de resistência a qualquer situação de violência e opressão.
- k) Trabalhar no resgate e reconstrução da identidade de cada pessoa, considerando-a como criadora de cultura.

- l) Proporcionar diversas possibilidades de organização curricular, capazes de oportunizar uma educação para jovens e adultos na perspectiva de uma formação escolar e permanente ao longo da vida.
- m) Possibilitar que a prática pedagógica seja permanentemente refletida através da pesquisa.
- n) Proporcionar os espaços e tempos necessários para a criação alicerçada na imaginação, na percepção, no pensamento relacional, no fazer, na construção de conceitos, nas antíteses de conhecimento, forjadas cultural e historicamente, contribuindo, assim, na formação de mulheres e homens sensíveis, reflexivos, críticos, sonhadores, realizadores, criadores, autores e / ou co-autores.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CMET PAULO FREIRE

A história do Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire (CMET Paulo Freire) se confunde com a história do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), uma proposta de política pública originada na Secretaria Municipal de Educação (SMED). O CMET Paulo Freire teve seu início nos idos de 1989, com quatro salas de aula funcionando nos três turnos, nos altos do Mercado Público porque ali já existiam turmas de alfabetização do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e depois da Fundação Educar. Os professores que ali trabalhavam tiveram sua vida funcional ligada à SMED. Havia, na época, da parte do poder público, a explícita intenção de que o município assumisse uma política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a cidade e que garantisse de fato o direito constitucional a uma educação para todos independente da idade.

Quando, em 1990, o Mercado Público foi reformado, as turmas do SEJA que ali funcionavam perderam seu espaço. Ao contrário das turmas de EJA da Rede Municipal de Educação (RME) que lutavam para ter seu lugar garantido na escola, o CMET Paulo Freire lutava pela conquista de um espaço. Naquela época, para que não morresse a experiência, alunos e professores acamparam na Prefeitura e, para resolver o problema, muitos espaços foram cedidos: salas no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (manhã e tarde, nos anos de 91, 92 e 93), Câmara de Vereadores (à noite, em 1991), salas na Cia União de Seguros (1991 a 1995), onde, além da comunidade de POA, havia funcionários desta companhia que não tinham escolaridade, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS) (depois das 20 horas, entre 1992 e 1993) até o aluguel das salas na General Vitorino e o empréstimo das salas da Escola Porto Alegre (EPA) (Ts Finais noite, 1995 a 1999) e, depois, no prédio conquistado via Orçamento Participativo (OP) em 2000, na rua Jerônimo Coelho, 254. Em 2012, o CMET mudou para a rua Santa Teresinha, 572.

Além das turmas do Mercado Público, o CMET Paulo Freire, de 1989 até atuava na Vila Pelin (zona sul), na Ilha dos Marinheiros, nos Centros Comunitários, no Instituto Psiquiátrico Forense – IPF, em empresas e nas Secretarias e Autarquias do Município, nestas para funcionários. Atualmente o CMET atende secretarias e autarquias através do Projeto Compartilhar – Trabalhadores da Prefeitura: fazendo e aprendendo – e a Cooperativa Crê-Ser.

Nesse percurso, também nasceu o nome do Centro. Primeiro com o nome de Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos/ CMEJA, posteriormente Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire/ CMET Paulo Freire (devido à referência sócio-político-filosófica e à importância de uma educação que atendesse à necessidade da classe trabalhadora).

Na década de 1980 e meados de 1990, vivia-se historicamente um momento de redemocratização do país: sindicatos assumiam sua identidade classista, apareceram novos movimentos sociais, os partidos políticos se multiplicaram, outros retornavam da clandestinidade, organizaram-se fóruns discutindo princípios para as políticas públicas que respondessem às necessidades desse momento histórico.

Dentre os vários fóruns, o das doze administrações (consideradas do campo de esquerda política eleitas em 1988), coordenado pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), discutiu e delineou diretrizes para a implantação e consolidação de políticas públicas de EJA. Naquele momento já era enfatizado o caráter permanente da educação de jovens e adultos, a formação em serviço e o atendimento à EJA por professores concursados. A partir dessas diretrizes, surgiram vários SEJAs no Brasil (Diadema e outras cidades em São Paulo, Espírito Santo e, na cidade de São Paulo, surge o Movimento de Alfabetização (MOVA), sob a administração de Paulo Freire). Em Porto Alegre, desde 1988, a partir da vitória da Frente Popular, começaram a acontecer os encontros do núcleo de educação do PT (principal partido da Frente Popular) para a discussão e planejamento do programa de governo e nele constava a alfabetização dos funcionários públicos que, na época, mostrava um alto índice de analfabetismo. Desse núcleo, aproximaram-se pessoas

que tinham experiências no trabalho com jovens e adultos (alfabetização nas vilas da cidade e trabalho do Centro de Estudos Supletivos) que auxiliaram na construção do que se delinearía enquanto EJA.

É fundamental ressaltar que todo o trabalho teórico e prático de EJA contou com a efetiva participação dos professores e alunos. Com o subsídio do material do CEDI e a assessoria dos professores da UFRGS nas reuniões sistemáticas de quarta-feira, foi dado início ao “movimento de ruptura curricular”.

As reuniões de quarta-feira (que depois passaram a ser na sexta-feira, como é até hoje) se configuram como reflexão da prática, do que se fazia nos dias de aula; essas reflexões eram sistematizadas e serviram de base da proposta curricular, podendo-se afirmar que foi uma proposta de autoria coletiva, e nisso está o valor e o avanço do trabalho educativo.

Como o objetivo deste relato é a memória e a caracterização do CMET Paulo Freire, em linhas gerais, e tentando ser fiel a uma cronologia de trabalho, delinea-se assim o processo de ruptura curricular:

1989: Início da discussão do conceito de alfabetização, considerando as diretrizes para implantação e consolidação de EJA, o conceito de alfabetização da UNESCO (as quatro séries iniciais), a referência freireana e o construtivismo interacionista que levam em conta os diferentes tempos de aprendizagem da leitura e escrita, a reinvenção da cultura que rompe com a negatividade da cultura do silêncio, a “descolonização” das mentes. “Alfabetizar significa uma enorme mudança, uma vez que envolve toda uma história, toda uma explicação de vida e de si mesmo, de forma que o analfabeto precisa morrer para dar lugar ao alfabetizado” (COMERLATO, 1998). Em dezembro, ao avaliar-se o trabalho letivo, percebeu-se que nenhuma professora tinha seguido a listagem de conteúdos enumerada no início do ano, e isto foi ponto de discussão e reflexão para o ano seguinte.

1990: Construção dos princípios políticos e pedagógicos do SEJA. Início do movimento de organização curricular em seis etapas: A1 (alfabetização) e A2; CB1 (ciclo básico), CB2, CB3 e CB4; discussão sobre a função da listagem de conteúdos. O conteúdo aparece como instrumento para trabalhar diferentes níveis de complexidade de conhecimento.

1991: Estudo de todas as formas conhecidas de currículos: centro de interesses, temas geradores, complexo de Pistrak, conceitos. A interdisciplinaridade perpassava as discussões.

1992: Retomada dos princípios políticos e pedagógicos do SEJA; estudo em grupos temáticos sobre educação popular, construtivismo interacionista e interdisciplinaridade. Estudo crítico das seis etapas a partir da experiência de diferentes agrupamentos.

1993 e 1994: Organização dos professores de 5ª à 8ª séries. A partir do estudo crítico, chega-se ao conceito de Totalidades com seis etapas, perfazendo todo o ensino fundamental, conforme se conhece até o momento. Organização de um Seminário de alunos do SEJA cujos temas eram “O que é aprender?” “Como eu aprendo?” As sistematizações deste Seminário muito ajudaram os professores na reformulação do trabalho de sala de aula.

1995: Estudo sobre educação popular, avaliação emancipatória e interdisciplinaridade. Elaboração das estruturas das disciplinas e vivência da Totalidades de Conhecimento.

1996: Aprofundamento das estruturas das disciplinas e seus campos de saber; retomada do tema gerador, complexo de Pistrak e conceitos. É neste ano que o CMET tem sua primeira direção.

É perceptível que essa história contorna um desenho diferente para o território do CMET Paulo Freire em relação ao que se conhece como escola: suas salas de aula continuaram se espalhando pela cidade, muitas vezes indo ao encontro das demandas educativas desses jovens e adultos. Identifica-se para além de um prédio, desafiando para que a escolarização de jovens e adultos possa funcionar em locais de trabalho, em vilas que não têm escolas, em cooperativas. Assim o CMET Paulo Freire, ao mudar sua forma, muda seu conteúdo, marcando o lugar da escola como um novo jeito de ser, abrindo seus muros e portões para o diálogo aberto entre currículo e questões da vida dos jovens e adultos. A dimensão educativa desse espaço facilita que cheguem na escola aqueles que nunca tiveram acesso a ela ou dela foram excluídos. Por isso, em meados de 1998, a direção do CMET Paulo Freire aceitou o desafio e acolheu um grupo inicial de alunos surdos, juntamente com duas professoras especializadas nesta tarefa. Também nessa época, pessoas com deficiência visual começaram a procurar o CMET Paulo Freire, possibilitando a criação de um serviço especializado para esses educandos.

1997 e 1998: Construção do PPP e Regimento do CMET Paulo Freire em que se assume o compromisso de desenvolver uma educação voltada à classe

trabalhadora. Formação de turmas de surdos. Formação em serviço de professores para o trabalho com LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

1999: O CMET ganha, em primeiro lugar, o Orçamento Participativo da SMED através do seu projeto “A Arte no Horizonte do Provável” em que conjuga a arte, o conhecimento e o trabalho. Concretamente, este projeto visava a produção de um espetáculo teatral. Todo o trabalho, desde a escrita do texto, passando pelo cenário, luz, música, vestimentas, acessórios e todas as atividades que precedem a apresentação de um espetáculo teatral, foi construído pelos alunos com a participação dos professores e oficinairos. Nesse ano também o CMET desfila no Dia 7 de Setembro, representando o quadro vivo do artista italiano Volpetto denominado “1900”.

2000: Criação da SIR visual. Em setembro, o CMET Paulo Freire muda de local, por conquista do Orçamento Participativo, na ocasião na Rua Jerônimo Coelho, 254.

2001: O Centro continua fazendo parte do Orçamento Participativo, solicitando um prédio adequado às suas necessidades. O CMET Paulo Freire cede um pequeno espaço para o funcionamento do Projeto MOVA Braille.

2002 : O CMET Paulo Freire estabelece convênio com a Educação de Adultos “La Verneda” de Barcelona/ Espanha, partilhando experiências culturais entre professores e alunos de lá e de cá.

2005: Ampliação das Totalidades Finais para o turno da manhã; oferecimento de Música e Artes Plásticas para as Totalidades Iniciais.

2006 a 2010: Reavaliação e reescrita do PPP e Regimento do CMET Paulo Freire , momento em que o Centro ratifica sua opção por trabalhar política e pedagogicamente com a classe trabalhadora e assume a educação inclusiva não como um princípio de respeito à diferença, mas como o direito à educação para todos; oferecimento de Educação Física para as Totalidades Iniciais; oferecimento de diversas oficinas voltadas ao trabalho e lazer.

2009 e 2010: O CMET e a Escola de Ensino Fundamental Porto Alegre participam do intercâmbio educativo com ongs internacionais de quatro países: Espanha, Argentina, Alemanha e Brasil.

2012: Mudança do prédio do CMET Paulo Freire: do antigo prédio à rua Jerônimo Coelho 254 para o da rua Santa Terezinha, 572 (uma antiga escola privada desativada). Como era uma reivindicação antiga à política de governo

municipal, a PMPA/SMED comprou o espaço para o CMET Paulo Freire. É importante ressaltar que a maioria dos educandos e professores apoiou a escolha do novo CMET Paulo Freire, pela ampliação do espaço, por sua luminosidade, pelas amplas janelas, pelo ar e vento que por ali entram, pelas quadras de esporte, pelo refeitório, pelo pátio e por suas multipossibilidades educativas.

Nesse ano também foi desenvolvida toda uma política de leitura para leitores, decorrente do prêmio que o CMET recebeu, proporcionado pelo Instituto C&A, com o “Projeto Saboreando os Clássicos”.

No fim de 2012, no mês de setembro, a comunidade de jovens e adultos surdos do CMET, que há anos reivindicava uma escola específica, recebe a informação da mantenedora (SMED) de que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Salomão Watnick (que até então era dirigida especificamente às crianças com deficiência auditiva) passaria a receber também os jovens e adultos surdos do CMET. Não foi um ritual de passagem tranquilo, pois havia dois grupos distintos de professores e alunos: um grupo defendia a permanência dos surdos no CMET e o outro apoiava a resolução de mudança da mantenedora. Muitas assembleias e discussões aconteceram, culminando com uma arbitrariedade: a retirada de todas as expressões escritas que fizessem alusão aos surdos e à surdez no do CMET. Esse ato teve algumas consequências, entre elas a suspensão do estudo e da possibilidade de aprovação do PPP e do Regimento Escolar pelo CME. Mesmo com a resistência do grupo opositor, os alunos surdos do CMET, bem como seus professores, foram paulatinamente sendo transferidos (transferência da matrícula dos alunos, transferência de fonos dos professores).

2013: Com a participação efetiva de alunos, professores e pessoas do entorno foi construído um banco de assento todo feito de mosaico, inspirado nas obras do artista catalão Gaudí, transformando a frente do CMET em um lugar agradável de relacionamento social.

2014: Em reunião com o segmento professores, em dezembro de 2013, foram decididas algumas mudanças físicas no espaço interno do Centro. Uma delas foi a transformação do perfil das salas de aula: cada área de conhecimento passa a ter sua sala ambiente. Cada professor tem a tarefa de transformar seu lugar de aula em uma sala temática da área de conhecimento que lhe diz respeito. Também nesse

ano, foi dada continuidade à análise, discussão e reescrita deste documento – o PPP .

3 DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DO CMET PAULO FREIRE

O CMET Paulo Freire possui uma grande diversidade na sua formação comunitária. Como ele é um Centro de Educação presencial, que trabalha nos três turnos com jovens, adultos e idosos – o único ainda na cidade de Porto Alegre – é frequentado por alunos das mais variadas idades, a partir de quinze anos. Pelos turnos da manhã e da tarde, o número de jovens de quinze a dezenove anos e idosos a partir de sessenta anos são a maioria. No turno da noite, os adultos acima de 21 a 50 anos compõem a maior parte. O Centro é uma escola inclusiva em que mais de duzentos alunos (nos três turnos) com deficiência intelectual cursam o ensino fundamental.

Como o CMET se localiza no bairro Santana (anteriormente era um colégio particular, o Santa Rosa de Lima), tem no entorno, por um lado, uma população de classe média e média alta e, de outro, a Vila Planetário, lugar onde moram trabalhadores informais, numa situação de vulnerabilidade social.

Os alunos que frequentam o CMET vêm de vários bairros da cidade, inclusive do extremo sul e de cidades vizinhas como Viamão, Cachoeirinha, Alvorada, Canoas. Pouquíssimos alunos são moradores da Vila Planetário e, dos edifícios do entorno, as pessoas que procuram a escola na sua maioria são empregadas domésticas e zeladores prediais. A comunidade, com esta contradição presente, por um lado, aceita o CMET, respeitando os alunos mais velhos e os cegos, olhando com desconfiança os mais jovens, indignando-se com alguns alunos usuários de drogas, penalizando-se com os deficientes intelectuais; por outro, parece haver uma estranheza, uma vez que, de uma escola particular, nasce uma outra que é pública e popular.

Como o Centro tem também o objetivo de fazer boas relações com os vizinhos, no momento da mudança foi escrita uma carta à comunidade, descrevendo o perfil de alunos e o currículo desenvolvido, e, toda a vez que acontece algum evento cultural – organizado pelo CMET ou oferecido a ele – a comunidade é convidada a participar. Uma atividade que vale a pena relatar foi a cantoria feita pelo Coral do CMET nas ruas do entorno, numa quase noite de natal. As pessoas foram às janelas ou paravam na calçada vendo e aplaudindo o coro passar.

O Centro, estando localizado no Bairro Santana, grande zona central da cidade, é muito bem servido de transporte: ônibus e lotações da maioria dos bairros cruzam ou passam perto do CMET, facilitando seu acesso. Armazéns, supermercado, farmácias, hospitais, cinema, universidade, parque e praças o circundam, facilitando a concretização de alguns objetivos propostos neste, isto é, o de proporcionar acesso à informação através de múltiplas fontes, o de contribuir para a divulgação dos serviços públicos e privados da cidade, estimulando a utilização e a apropriação dos mesmos e o de viabilizar à comunidade múltiplas possibilidades de interação com os variados espaços construídos socialmente ao longo da história da cidade, pelas diferentes instituições, etnias, gêneros e culturas.

A prática desenvolvida, desde sempre, inclui a presença do Centro em cinemas, exposições de arte, teatros, museus, no Planetário, nas visitas em loco em lugares que desenvolvem projetos culturais e naturais, palestras em hospitais, e a participação de profissionais da saúde, da segurança, do meio ambiente que vêm até o Centro fazer formação com professores e alunos.

O CMET faz parte da RME da SMED, portanto ele usufrui de toda a infraestrutura oferecida às escolas: projeto “Vou à Escola”, carteira de transporte escolar, material escolar, PNDE/LD, merenda e projetos socioculturais franqueados pela prefeitura ou pela comunidade de Porto Alegre.

4 FUNDAMENTOS

4.1 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

A concepção que norteia este PPP tem eixos sócio-político-cultural-pedagógicos definidos no paradigma da Educação Popular³ que se traduzem nos princípios da EJA:

A Construção plena da cidadania

A Transformação da realidade

A Construção da autonomia moral e intelectual

A educação como direito de todos

A construção plena da cidadania significa:

a) O direito de o jovem e o adulto usufruírem os espaços, os serviços públicos e privados, os bens culturais e os equipamentos da cidade. Para que esses direitos se efetivem, coloca-se a necessidade de assumir a educação como sinônimo de cultura e de compreender que a Educação Fundamental de jovens e adultos tem um sentido amplo que vai além da educação escolar.

b) O direito à informação, à expressão, à reflexão, à palavra, à escrita. Esses direitos colocam a importância do conhecimento trabalhado pelo Centro para a conquista da cidadania. Nesse sentido, leitura e escrita em todas as áreas do conhecimento têm seu pleno significado e se constituem em pressupostos deste Centro. Isto nos remete a uma compreensão filosófica da aprendizagem que se traduz no ato de ler e reescrever o mundo (FREIRE, 1974).

c) O direito à gestão democrática, que significa o direito de os grupos intervirem na própria realidade, construindo espaços em que todos participem das decisões na gestão da vida do Centro. O dizer e o

³ No livro “A pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1974), entre os conceitos incluídos da Educação Popular, encontramos que ela é uma ação político-pedagógica realizada “com os oprimidos e não para eles”, feita na escola ou na organização popular na defesa dos direitos humanos.

conhecer são públicos, constituindo, assim, uma comunidade que ressignifica o sentido de lugar público, não como propriedade exclusiva do governo, mas de todos e em que todos são chamados para decidir o que envolve o coletivo. Essas ações, estando presentes nos hábitos, tencionam para que o Centro passe de uma instituição pública à institucionalização da prática do público.

A transformação da realidade trata da possibilidade que a educação tem de ajudar a transformar a vida de cada pessoa como do coletivo em que ela se insere (a curto, médio e longo prazo) e da conscientização dos limites que uma sociedade competitiva impõe a partir dos avanços tecnológicos, (re)conhecendo as contradições presentes na realidade e desnaturalizando as relações de competição.

A educação como direito de todos pressupõe uma política de inclusão, isto é, a garantia do direito de ser diferente, preservando a igualdade de direitos. É condição fundamental o conhecimento das diferenças, da diversidade dentro das diferenças e do enfoque participativo que se efetiva através do:

- a) Diálogo entre diferentes culturas e trajetórias.
- b) Diálogo entre educador e educando, em que ambos são sujeitos do processo na construção coletiva de ações que viabilizem o trabalho deste Centro.
- c) Vínculo do direito à diferença com os conceitos construídos historicamente e com os do educando na vida cotidiana.

Silva (2009, p.117) assim conceitua a inclusão:

A inclusão, antes de tudo, é um processo educacional gradual e interativo. É um movimento que respeita as singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existem pessoas iguais e são exatamente as diferenças entre seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então compreendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então um ser histórico diferente.

Sendo assim, os parâmetros para organizar o trabalho consideram

- a) o rigor científico para que o Centro efetive um ensino de qualidade,

b) o processo de ensino-aprendizagem que, por sua vez, está relacionado à perspectiva de continuidade, tanto no Currículo da Escolarização quanto no Currículo de Educação Permanente ao Longo da vida,

c) a universalização da educação para que jovens e adultos possam ter continuidade em seus estudos e na qualificação profissional.

A construção da autonomia moral e intelectual, com base no reconhecimento e valorização da diferença, é inseparável do conjunto dos relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida deste Centro. Formam-se personalidades autônomas, no domínio moral, com sujeitos emancipados e com opiniões próprias; a autonomia intelectual e moral dá-se na troca entre educandos, professores, funcionários, comunidade em geral, constituindo o coletivo de trabalho, caracterizado pela alternância do trabalho subjetivo e do trabalho coletivo. A autonomia implica relações de reciprocidade e de cooperação, que tornam os sujeitos deste Centro capazes de tomar decisões por si mesmos, levando em consideração os fatores para decidir e agir da melhor forma para todos. Ter autonomia implica considerar pontos de vista que não sejam somente os seus.

Partindo desses princípios, entendemos o Centro como um espaço vivo e democrático onde se efetiva a formação ao longo da vida, porque todos podem aprender em todos os momentos ao longo da vida. Assim, concebemos, como Paulo Freire (1986), que a educação é permanente na medida mesma em que os seres humanos, enquanto seres históricos, são seres inacabados e conscientes do seu inacabamento, movendo-se numa realidade igualmente inacabada, contraditória e dinâmica, uma realidade que tem que estar sendo.

O Centro está, então, em constante transformação, atendendo jovens e adultos não idealizados, mas em “situações de criação cultural”, o que significa participação enquanto seres culturais. Logo, os jovens e adultos têm nomes, apelidos, rostos, desenvolvem aptidões e convivem num meio heterogêneo em que todos devem ser respeitados por suas singularidades.

Entende-se que o conhecimento está relacionado com as dimensões do aprender a conhecer, a fazer, a criar, a sentir e a ser que acontece no diálogo, instrumentalizando o coletivo na constituição de um conhecimento necessário para aprender durante toda a vida, a qual, por sua vez, exige complementaridade e continuidade.

A formação ao longo da vida implica uma rede de relações criadoras que articulam reflexão, isto é, a pesquisa permanente da realidade e a sistematização de experiências, isto é, seu registro. Dessa forma, os temas transversais – o ensino religioso, as questões do meio ambiente e a relação respeitosa entre as diversas etnias – entrelaçam-se com todas as áreas do conhecimento.

Na concepção de conhecimento deste Centro, no que se refere à educação inclusiva (tanto para o aluno com deficiência intelectual, quanto para os deficientes visuais e aqueles que, depois de muito tempo, voltaram a estudar), há diferentes tempos de aprendizagens que devem ser respeitados e que devem servir de base para as intervenções. Os princípios do Centro têm como referência a problematização de um único tempo de aprendizagem para todos. Portanto, ao problematizar a aceleração e a suplência, respeitando os diferentes tempos de aprendizagens, problematiza-se o despotismo do tempo acelerado, fruto do progresso técnico, e busca-se legitimar uma temporalidade não hegemônica que contemple os diferentes tempos, dentre eles, o tempo lento.

Se até meados dos anos 2000, os adolescentes de 15 a 18 anos que buscavam a EJA do Centro eram minoria, hoje o fenômeno social da juvenilização acontece no CMET Paulo Freire de forma massiva. Nossos adolescentes provêm das mais diversas escolas estaduais e municipais da cidade.

Quando do momento da primeira entrevista, no processo de matrícula, a cada adolescente lhe é perguntado por que saiu da escola de origem, e a resposta não varia muito: “repeti muitas vezes”, “fui expulso por mau comportamento”, “estou cumprindo medida socioeducativa”, “o juiz me obrigou a voltar para a escola”. Enfim, são jovens com problemas complexos que o CMET acolhe e aposta na sua transformação.

Por outro lado, os adultos, os deficientes intelectuais e os idosos constituem uma fração menor, com outros desafios: as dificuldades de aprendizagem, o processo de senilidade, porém há a alegria de estar na escola, usufruindo dos diversos espaços de aprendizagem, justificando a educação permanente ao longo da vida.

A presença do jovem em formação junto com o aluno adulto trabalhador é nosso grande desafio. A escuta constante e interessada do que este jovem, de alguma forma, nos diz, seja na pesquisa da realidade ou na prática cotidiana do

ambiente escolar, é que nos dá os indicativos da necessidade de um novo (re)planejamento.

Diante desta diversidade sócio-político-econômico-cultural-cognitiva e acreditando que o conhecimento está sempre se construindo na interação entre sujeitos, é fundamental que pratiquemos a pesquisa da realidade trazida pelos educandos, pois é ela que suporta a escolha de novos conhecimentos.

4.2 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS: CURRÍCULO DA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

O currículo deste Centro trabalha a partir de uma visão de ser humano concreto, na perspectiva freireana, situado no tempo e no espaço e na totalidade⁴ das relações sociais. Currículo, para Paulo Freire (1991)⁵, compreende uma outra lógica de estrutura pedagógica: uma escola que escreva sua própria história com a concreta participação dos professores em diálogo com a comunidade escolar.

O processo pedagógico tem como referência a concepção dialógica, em que o conhecimento dos jovens e adultos, adquirido em suas experiências de vida, é relacionado com o conhecimento historicamente construído pela humanidade, de forma que tanto o conhecimento específico dos educandos, quanto o sistematizado, sejam problematizados, recriados e re-elaborados para explicar e intervir nas situações do cotidiano. Nesse sentido, a produção de conhecimento é considerada um ato de criação e recriação coletiva. Assim, o conhecimento é visto como ação, reflexão crítica, curiosidade exigente, inquietação, incerteza.

Assim sendo, a democratização do saber como questão curricular passa pela problematização e superação do senso comum.

Para que esta concepção de conhecimento se efetive, o currículo deste Centro tem um enfoque relacional (por relacional compreende-se que os indivíduos e os fenômenos que compõem a natureza e a sociedade são constituídos e adquirem significados a partir da relação que estabelecem com os demais, relação esta que

⁴ Totalidade é o nome dado aos períodos do trabalho do ensino fundamental modalidade EJA no CMET e tem a conotação da interligação das coisas do mundo, da inter e da transdisciplinaridade do conhecimento.

não só as define como colabora para que se alterem historicamente) e contempla a educação ao longo da vida. A educação realizada neste Centro possibilita ressignificar os aspectos éticos e culturais dos educandos e constrói continuamente conhecimentos e ações que permitam tomar consciência de si mesmo e de seu entorno, de forma a saber fazer, saber ser e saber conviver na sociedade e na vida pública.

A complexidade da realidade exige que o currículo rompa com a divisão de tarefas e com conhecimentos compartimentados e possibilite a articulação dos fazeres, habilidades, conceitos entre as diferentes áreas do conhecimento e, ainda, rompa com dicotomias, como “teoria e prática”, “ciência e arte”, “mundo do trabalho e mundo da escola”, etc. O currículo da Educação Permanente ao Longo da Vida possibilita ao aluno perceber a inter-relação dos vários ramos que compõem o conhecimento para dar conta das questões do cotidiano, conhecendo os nexos existentes entre as diversas áreas e disciplinas.

O processo ensino-aprendizagem, sendo de responsabilidade de todos, constrói-se pela contínua interação entre os sujeitos, reafirmando o Centro como um lugar para a ação humana e um espaço de trabalho crítico, onde há um esforço contínuo de ação, reflexão e teorização sobre a prática. Para isso se efetivar, é necessária a construção de uma postura de pesquisa permanente que permeie todos os trabalhos e que seja assumida por todos os segmentos.

O Currículo do Centro está organizado na perspectiva das Totalidades de Conhecimento da Educação de Jovens e Adultos cujo trabalho educativo é ofertado de forma que as partes que compõem o ato educacional estejam permanentemente conectadas entre si, isto é, um currículo interdisciplinar. Esta visão de conhecimento, enquanto Totalidade, remete-nos a estruturar o ensino de forma que o conhecimento seja construído e aprofundado em níveis crescentes e articulados entre si.

⁵ FREIRE, Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

Para assegurar a unidade do conhecimento, cada Totalidade encontra-se transversalizada na seguinte, construindo, com isto, a visão totalizante e globalizante do movimento de ação-reflexão-ação, isto é, a práxis educativa.

O trabalho de sala de aula leva em consideração as interações e as interconexões entre sujeitos e saberes. A noção de Totalidade permite compreender a inter-relação de cada parte com as demais, em se tratando de uma realidade em movimento, na qual a alteração de qualquer elemento influi sobre todos os demais.

A Organização Curricular está fundada sobre três concepções fundamentais, respaldadas no Ideário da Educação Popular e do Construtivismo Interacionista: interdisciplinaridade, formação do senso crítico e aluno como ser-presente. O ensino fundamental modalidade EJA do CMET Paulo Freire organiza-se em seis Totalidades de Conhecimento, de forma que cada uma delas se insere na seguinte, construindo, com isso, a articulação entre diversos conhecimentos, cada vez mais complexos, possibilitando a construção da autonomia moral e intelectual e uma maior percepção da realidade que o cerca.

5 PLANEJAMENTO

Na última década, temos acompanhado a discussão e o crescimento das demandas educativas das pessoas adultas cujo enfoque preponderante tem sido atribuído à importância da educação permanente ao longo da vida. Nessa gama de discussões e de crescente explosão de demandas da participação de pessoas adultas em processos formativos, são raras as respostas positivas no âmbito institucional. Portanto, faz-se necessário organizar ações educativas e culturais para pessoas jovens e adultas que foram excluídas da escola ou que a ela nunca tiveram acesso.

As experiências de vida e a bagagem de conhecimentos que os jovens e adultos trazem devem ser as referências para a construção de novas aprendizagens e de uma proposta de reorganização curricular. Trabalhar na perspectiva da

Educação Permanente é uma possibilidade de atender aos pressupostos da Educação Popular, da democracia participativa e de uma prática educativa dialógica visando à construção social do conhecimento.

Nesse sentido, o Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire, em consonância com a necessidade da educação ao longo da vida para os participantes da educação de jovens e adultos, estrutura seu currículo de educação permanente para além de um currículo escolar: contempla a Arte, a corporeidade e as diversas culturas, o desenvolvimento de projetos voltados ao trabalho, visando à geração de renda, à economia solidária e sustentável e garantindo o acesso, a democratização e o domínio das tecnologias da informação.

Justificamos a adoção de um currículo voltado para a formação permanente ao longo da vida por entendermos que a educação de pessoas jovens e adultas, na perspectiva da educação permanente, compreende a educação escolar e a formação ao longo da vida, contemplando a dinamicidade e a complexidade das relações multiculturais presentes nas sociedades urbanas e oferecendo diversas possibilidades de aprender e ensinar a conhecer, a fazer, a criar, a interagir, a sentir, a expressar e a ser.

Para a efetivação desses trabalhos, são ressalvadas as condições físicas, econômicas e os recursos humanos do CMET, podendo, também, formar parcerias com a sociedade civil, com as instituições públicas e privadas, com universidades e também através de uma política de integração do Centro com as demais Secretarias deste Município. Já que a Educação Permanente também ocorre em diferentes espaços e movimentos, é importante a organização de uma rede de parcerias e de colaboradores para a formação de agentes multiplicadores com diferentes habilidades e conhecimentos adquiridos a partir das vivências diárias no mundo do trabalho que busquem o Centro para aprender e para ensinar.

Nesse sentido, a educação escolar, o trabalho, a arte e a cultura contemplam uma dinâmica processual e permanente de ressignificação de práticas sociais numa perspectiva da reprodução ampliada da vida.

No campo das artes, este currículo trabalha as variadas manifestações artístico-culturais, tendo em vista sua diversidade, através do Centro Musical⁶, como

⁶ De acordo com o Projeto de Lei nº 2.732 de 2008 que altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008 que

também oficinas nas linguagens de teatro – Projeto Teatral “Amadores do Palco” – das artes visuais, da dança, da corporeidade⁷. Tais espaços se inserem dentro de uma perspectiva transdisciplinar, tendo como objetivo proporcionar diversos benefícios, como a integração social, o desenvolvimento das qualidades de concentração, atenção, memória, coordenação motora, sensibilidade, criatividade, o aprimoramento das funções relacionadas à aprendizagem cognitiva e emocional, expressividade, formação integral, aspectos relacionados à manutenção da saúde e qualidade de vida e o desenvolvimento do senso de cidadania (responsabilidade, disciplina, solidariedade, autoestima, autodescoberta), as apresentações artísticas e a interação com diferentes plateias, bem como a organização pessoal por meio da expressão ética e estética.

Este currículo instiga-nos à reinvenção da cultura, à redefinição das relações humanas no sentido de legitimar a realidade multifacetada dos jovens e adultos e de criar condições de inclusão social, o que implica na valorização dos saberes, na capacidade de inventar e de produzir.

Baseada em pesquisa de realidade, a Educação Permanente organiza-se de forma sistemática e assistemática, esta última sempre a partir da oferta e das demandas da comunidade, sendo sua operacionalização organizada no Plano Global Anual: um trabalho que envolve toda a comunidade do CMET porque trata das metas administrativo-pedagógicas.

A efetivação deste Plano Anual Global implica alguns desdobramentos:

a) O planejamento do uso dos recursos financeiros – o PAR – destinado à concretização do que foi definido em assembleia, que agrega, desde as necessidades vivenciadas pelos segmentos da comunidade do CMET (como uma nova pintura na quadra de esportes ou a compra de livros, por exemplo), até novas experiências de sala de aula e as demandas que as mesmas podem exigir.

dispõe a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica e a Ordem de Serviço Municipal de Porto Alegre nº 002 de 12 de fevereiro de 2008 que determina a criação de centros musicais em algumas escolas da Rede Municipal de Porto Alegre e considerando o trabalho musical que já é realizado no Centro Municipal dos Trabalhadores Paulo Freire, bem como a necessidade, demanda dos alunos e comunidade, possibilitando a ampliação do fazer musical, justifica-se a criação dos espaços múltiplos de oficinas musicais.

⁷ Lei de Incentivo à Cultura e Descentralização da Cultura.

b) A elaboração do calendário escolar que detalha os dias letivos, as reuniões pedagógicas semanais e as de formação, planejamento, replanejamento e avaliação, os horários dos turnos, dos sábados letivos, das reuniões... A direção sugere todo o detalhamento de datas que é posto em votação pelos segmentos da comunidade escolar, podendo ou não sofrer alterações.

c) A elaboração do Projeto de Formação Continuada dos professores que se justifica pela forma como é desenvolvido o currículo, porque é na formação que se busca a qualificação. Como no CMET o trabalho pedagógico parte de um tema gerador e os conceitos nele inclusos, a formação continuada tem o cunho de estudar, discutir, aprofundar, descobrir conceitos novos que estão vinculados à prática cotidiana e acontece durante o ano letivo, nas reuniões semanais e nas reuniões específicas de formação.

Em relação ao Calendário Escolar, o CMET obedece às orientações da SMED e a legislação de ensino quanto ao número de dias letivos (200 dias letivos anuais), horas (800 horas), reuniões pedagógicas, o horário de funcionamento do Centro para os alunos e dispõe sobre a distribuição dos sábados letivos e de formação.

As reuniões pedagógicas estão sob a responsabilidade da coordenação pedagógica, com o apoio da coordenação cultural, do SOE e da direção e acontecem sistematicamente às sextas-feiras, nos três turnos. Elas têm o objetivo de discutir e realizar o planejamento cotidiano e também o caráter de refletir sobre avaliação do aluno e do trabalho realizado, detectar problemas e sugerir superações. Portanto, em alguns momentos, elas se dão em pequenos grupos por Totalidades; em outros, por turno, discutem-se questões teóricas referentes ao tema e conceitos escolhidos, planejando interdisciplinarmente; em outros, ainda, em reuniões gerais (que acontecem quando envolvem tomadas de decisão do todo do Centro).

Além dessas reuniões, há as que devem dar conta do planejamento do início de ano, da avaliação dos semestres (neste caso, duas reuniões: uma no final do primeiro semestre e outra no final do ano) e do replanejamento, as quais, via de regra, acontecem aos sábados.

Estas atividades são planejadas e discutidas previamente nas reuniões sistemáticas da equipe diretiva que acontecem uma vez por semana. Nestes momentos também se discutem pautas de cunho pedagógico e administrativo de toda a equipe.

Em relação às decisões político-pedagógicas e à aplicação dos recursos financeiros, o Conselho Escolar, cuja direção é membro nato e tem representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, participa e delibera, coordenando, discutindo, selecionando e elegendo as prioridades do CMET. O Conselho Escolar é eleito periodicamente, conforme a legislação dos Conselhos Escolares.

Todas as reuniões, incluindo as assembleias, são registradas em cadernos específicos de atas e/ou anotadas e sistematizadas pelos coordenadores com retorno/cópia aos interessados num movimento que favoreça a retomada e o replanejamento.

6 ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA

No livro “Medo e Ousadia”, Paulo Freire faz questão de tornar bem claro o conceito de “diálogo”, pedra fundamental da metodologia do seu ideário. Diz-nos que não podemos confundi-lo com “técnica” nem com “tática” para fazer dos alunos nossos amigos, “isso faria do diálogo uma técnica de manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos” (1986, p.122-3). É do diálogo que nasce a reflexão, a descoberta, a mudança.

Para que as concepções da Educação Permanente ao Longo da Vida se efetivem em seus propósitos, isto é, que possam ser ressignificados os aspectos éticos e culturais dos sujeitos e construídos continuamente os conhecimentos e as ações que lhes permitam tomar consciência de si mesmos e do seu entorno, a metodologia desenvolvida no CMET coaduna-se com a pesquisa, com o diálogo da realidade, com temas geradores e com os conceitos que são dali abstraídos.

Em reunião de professores, normalmente no início do ano, são levantados fatos sócio-político-culturais importantes da realidade do momento. Os temas

transversais – o ensino religioso, as questões do meio ambiente, a presença da diversidade étnica e as correntes filosóficas que os respaldam – vêm à tona nesse momento, aprofundando e qualificando o tema e os conceitos.

São construídos alguns questionamentos para que os alunos discutam e tragam elementos de sua realidade. Os professores fazem a mediação dos debates, anotando tudo que é dito. Dos aspectos anotados, são feitas abstrações (com os alunos e professores, com professores em reunião) que encerram conceitos a serem desenvolvidos. Cada área do conhecimento traz contribuições que se desdobram em sub conceitos e, só então, são escolhidos os conteúdos que possam dar conta das abstrações acordadas. Por isso, mesmo que o aluno permaneça numa Totalidade, ela não será uma mera repetição do que foi desenvolvido anteriormente.

O currículo escolar divide-se em Totalidades Iniciais – T1, T2, T3 – e Finais – T4, T5, T6 – perfazendo, assim, a Educação Fundamental modalidade EJA.

Pela diversidade dos educandos encontrada no CMET Paulo Freire, o currículo por Totalidade de Conhecimento – tal como ele se apresenta na sua base curricular – não impede a possibilidade de experienciar outras e novas organizações pedagógicas que venham qualificar e favorecer o trabalho de ensino e aprendizagem, colaborando na compreensão da superação da lógica linear, disciplinar, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. Essas novas possibilidades, idealizadas, elaboradas, debatidas e aprovadas pelo coletivo do Centro, devem ser respaldadas por uma infraestrutura material e de recursos humanos capazes de dar sustentação necessária à sua implantação.

As disciplinas de Arte e Educação Física das Totalidades Iniciais são ministradas por professores com ou em formação específica, sendo que, em Artes, são oferecidas música, teatro e artes plásticas.

O ensino fundamental modalidade EJA também oferece, para aqueles educandos que necessitam de um atendimento mais focalizado, o Laboratório de Aprendizagem, a Psicopedagogia e a SIR.

O Laboratório de Aprendizagem é um espaço destinado à pesquisa, buscando qualificar o trabalho de sala de aula e integrando-se a ele. Investiga os processos singulares de construção dos diversos conhecimentos a partir das produções feitas pelos educandos e dos avanços cognitivos para (re)criar estratégias de intervenção. O professor de sala de aula deve apontar as necessidades de um acompanhamento mais individualizado na construção dos conhecimentos em questão. O Laboratório de Aprendizagem é formado por professores escolhidos por seus pares, mediante apresentação de projeto. O atendimento do Laboratório de Aprendizagem deve estar de acordo com a necessidade e a disponibilidade do educando e acontecer no turno inverso do aluno.

O atendimento Psicopedagógico é destinado àqueles que apresentam dificuldade de aprendizagem ampla ou específica em áreas do conhecimento, cuja causa pode ter diversas origens biopsicossociais. O trabalho consiste numa investigação dos vínculos do aluno com a aprendizagem e de como ele pode buscar a superação de forma que favoreça sua aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado/ AEE (SIR/DI/DV) é destinado aos alunos que apresentam deficiência, transtorno e altas habilidades e que necessitam de trabalho pedagógico de apoio complementar e suplementar específico, contribuindo na inclusão dos espaços de aprendizagem.

O Programa de Trabalho Educativo – SIR PTE – é uma estratégia que procura agenciar diferentes espaços educativos para os alunos com necessidades educacionais especiais ao possibilitar uma relação direta com o mundo do trabalho,

pois a construção do conhecimento também vem através das relações de trabalho. O PTE conta com a supervisão de professores especializados. O acompanhamento aos alunos nos locais de trabalho visa a auxiliar e orientar os estagiários, as chefias e colegas, fazendo a mediação no processo de inserção e instrumentalizando todos os envolvidos. Este trabalho se configura como estágio remunerado.

A participação nos cursos / oficinas dá-se por adesão aos projetos que o Centro oferece, sendo que esta participação é extensiva a todos educandos matriculados e / ou já formados e / ou à comunidade. Acredita-se que é esta organização educativa que caracteriza o CMET como um Centro de Educação.

7 AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Gadotti (apud HOFFMANN, 1996, p. 17) afirma que “educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente”. Avaliar e educar são, por isso, indissociáveis. Também avaliar é problematizar, questionar, refletir sobre a ação: avaliação é suporte para que educadores e educandos entendam as diferentes caminhadas nos diferentes momentos deste processo. A partir da avaliação, intervenções pedagógicas desafiadoras são propostas para que todos os envolvidos possam superar suas dificuldades e avançar no caminho.

Se a avaliação não se dissocia do ato de aprender, o CMET optou pela Avaliação Emancipatória que se caracteriza como um processo de descrição, de análise e de crítica de uma dada realidade, visando à sua transformação.

A avaliação neste Centro torna possível perceber as dificuldades, necessidades, interesses e avanços quanto ao processo de aprendizagem. A avaliação, inseparável do processo de ensino-aprendizagem, acompanha todos os atos contextualizados nas experiências significativas dos sujeitos envolvidos. Assim,

é necessária a presença do aluno para que haja o processo de construção do conhecimento e sua coerente avaliação, que deve ser viva, dinâmica, contínua, permanente, democrática e dialógica.

A Avaliação propõe qualificar os processos de construção de conhecimento nos encontros áulicos e nos Seminários de Avaliação Emancipatória que acontecem semestralmente.

Nos encontros áulicos, todo o trabalho proposto individual ou coletivo é um instrumento de avaliação: fichas de observação de algum fato natural ou social, trabalho de análise de fatos históricos ou científicos, produções textuais de todos os gêneros, resumos, questionários, questões de múltipla escolha, explanação oral, expressão corporal, pesquisa de vários assuntos em livros ou em forma virtual. Também são avaliados a postura e o relacionamento com o ensino/aprendizagem e com o Outro.

Para garantir esta qualificação, as análises e percepções dos professores que trabalham com cada turma (Educação Física, Artes, Música, Teatro, Língua Portuguesa e Estrangeira, Matemática, História, Geografia, Ciências, Orientadores Educacionais, Educadores Especiais, Psicopedagogos, Laboratório de Aprendizagem, SIRs...) e dos educandos sobre o processo de ensino-aprendizagem acontecem sistematicamente em momentos de reunião pedagógica, em reunião entre alunos e professores e em momentos informais quando é necessário um diálogo individual ou coletivo com a turma ou com a família e responsáveis.

Cada aluno tem seu registro de avaliação feito por todos os profissionais antes citados através de fichas de avaliação, de pareceres e de atas para registro no Sistema de Informação Educacional.

O aluno também responde sobre sua aprendizagem numa ficha de autoavaliação e sobre a avaliação da turma, tendo em vista a aprendizagem, a organização coletiva e individual e a relação professor-aluno. Este trabalho é realizado em cada turma pela equipe de apoio pedagógico (SOE, SOP e coordenação de turno), sistematizado e socializado no Seminário de Avaliação Emancipatória.

Nos Seminários de Avaliação Emancipatória, o registro desse processo é compartilhado por todos os profissionais já citados e os alunos, possibilitando questionamentos, pesquisa, apontamento de avanço ou de desafio a uma nova reflexão. Com a vinda de alunos jovens menores de idade, foi estabelecido outro

momento de avaliação, com a presença de responsáveis. São reuniões compartilhadas em que pais ou responsáveis, professores e alunos dialogam sobre aprendizagem e convivência. Estes momentos também são registrados em atas.

O CMET Paulo Freire utiliza as categorias avaliativas de Avanço ou de Permanência.

O Avanço acontece de uma Totalidade à outra. Como o tempo de construção do conhecimento varia de sujeito para sujeito, inclusive diferentemente com relação a cada área do conhecimento, o Avanço de Totalidade pode acontecer a qualquer momento, pois a Avaliação Emancipatória tem como parâmetro o próprio processo de construção de conhecimento de cada aluno. O educando avança de uma Totalidade para outra quando opera e desenvolve os conceitos, os fazeres e as habilidades concernentes a eles e suas relações com a realidade vivenciada por cada aluno, de acordo com cada Totalidade, conforme definição do e do Regimento.

O aluno permanece na mesma Totalidade quando necessita de um tempo maior para construir os conceitos e ampliar os fazeres, as habilidades e suas relações com a realidade que o cerca.

Para os educandos com necessidades educacionais especiais, sua avaliação segue o que normatiza a Resolução nº 13, de 05 de dezembro de 2013 do Conselho Municipal de Educação – CME , no seu artigo 34⁸.

Nesse processo de avaliação, é fundamental que também a instituição CMET seja avaliada. A cada ano, a comunidade escolar avalia as metas estipuladas no Plano Global Anual de acordo com o definido no PPP . Esta avaliação encontra seu desdobramento na elaboração do Plano Global para o ano seguinte que é feito em uma reunião de avaliação com data estabelecida no calendário escolar.

É importante, para a superação de problemas encontrados, que o professor também faça uma autoavaliação, refletindo e registrando qual foi sua participação nos macro e micro movimentos do Centro.

⁸ O artigo 34, da referida resolução do CME, registra que será garantida a terminalidade específica, através de certificação diferenciada de estudos correspondentes à conclusão de Etapa/Modalidade da Educação Básica, expedida pela unidade escolar, a estudantes que apresentem deficiência intelectual, deficiência múltipla ou transtorno global de desenvolvimento e que durante sua trajetória escolar, demanda de apoios contínuos no processo ensino-aprendizagem e que não atingiram as competências e habilidades básicas previstas nos parágrafos I, II, III e IV do artigo 26 da LDBEN.

A participação da comunidade escolar no processo avaliativo é feita pelo Conselho Escolar.

8 ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS

O currículo do CMET Paulo Freire no que se refere às Totalidades de Conhecimento está assim organizado:

ENSINO FUNDAMENTAL 1: TOTALIDADES INICIAIS 1, 2 e 3.

Construção dos códigos escritos, sistematização, registro e produção dos códigos; trabalho com conceitos que envolvam as relações bio-psico-sociais.

(exemplo: o código alfabético, o lógico / numérico, o artístico / estético, o geográfico, o histórico, o corporal, científico, o Braille).

ENSINO FUNDAMENTAL 2: TOTALIDADES FINAIS 4, 5, e 6.

Aprofundamento das sistematizações através das generalizações dos códigos e das relações entre os códigos; trabalho com conceitos que envolvam as relações bio-psico-sociais.

Em todas as Totalidades (T1, T2, T3, T4, T5, T6), o Centro pode ofertar 20% da carga horária anual com estudos não presenciais, conforme o Art.12 da Resolução número 009, de 2009, do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre. Os estudos não presenciais serão utilizados para possibilitar a realização da prática dos seminários de avaliação emancipatória, feita com as turmas de educandos e com o coletivo de professores, envolvendo planejamento e o replanejamento de ações, conforme previsão no calendário anual.

O Centro pode, também, oferecer atividades complementares para os casos de infreqüência justificada aos educandos que ultrapassem o limite legal de 25% de faltas, conforme previsto no Art.10 da Resolução número 009, de 2009, do CME de POA.

As turmas de Extensão que funcionam em diversos espaços do município de Porto Alegre, têm seus turnos de acordo com a demanda do local. Os educandos destas turmas 1) fazem parte do Projeto Compartilhar e são vinculados oficialmente no CMET Paulo Freire, participando das atividades, trabalhos e decisões do mesmo, fazendo parte do Segmento Alunos. As turmas do Projeto Compartilhar funcionam em espaços das Secretarias, Departamentos, Empresas e Fundações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, nos turnos manhã e tarde, conforme demanda; 2) fazem parte da Cooperativa CrêSer onde funcionam turmas das Totalidades Iniciais para alunos com deficiência intelectual e que se complementam com oficinas geradoras de trabalho e renda.

O CMET oferece, ao longo da semana (em horários dos interturnos) e nas sextas-feiras (nos três turnos), de forma sistemática, cursos/oficinas informais aos seus alunos, ex-alunos e pessoas da comunidade. Os alunos que cursam as Totalidades escolhem o horário e o curso/oficina que complementem sua carga horária escolar nos dias em que os professores reúnem-se para planejamento. O Centro está em constantes atividades nos três turnos e interturnos. Ao aluno do CMET são oferecidas atividades que ultrapassam a carga horária exigida por lei.

Até o momento, são os seguintes cursos/oficinas desenvolvidos: Teatro, Dança, Violão, Flauta, Cavaquinho, Percussão, Coral, Técnica Vocal, Canto Livre, Práticas Musicais Coletivas, Informática, Tertúlia Literária, Cinema, Costumização de roupas, Fuxico, Pintura em tecido, Tai Chi Chuan, Oficina de geração de renda, Oficina de Educação Ambiental, Grupo de Senhoras, Espanhol para cegos, Esportes.

9 ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO

O prédio do CMET Paulo Freire é amplo, com salas ventiladas e bem iluminadas. As salas de aula, das Totalidades Finais do ensino fundamental, são ambientais e distribuídas no térreo, primeiro e segundo andares. Dispomos, portanto, de oito salas ambientes, uma para cada área do conhecimento, compatíveis ao número de alunos.

As dependências designadas à área Administrativa-Pedagógica constituem-se em salas para a Direção e Vice-Direção como um espaço organizado para atendimento à comunidade escolar.

A Secretaria, lugar de guarda e organização dos documentos administrativos, referentes à vida escolar dos alunos e funcional dos professores e funcionários da escola.

Em relação ao almoxarifado, local de guardar material de expediente de uso administrativo e pedagógico, bem como os de limpeza e conservação do Centro, há uma peça que chamamos de depósito de material.

No que diz respeito à Biblioteca, é importante ressaltar que ela sofrerá uma alteração de espaço. Atualmente ela se encontra sem visibilidade, no fundo do andar térreo. Irá para o lado da sala de Língua Portuguesa. Na concepção da educação popular, a biblioteca tem um caráter pedagógico que enfatiza as dimensões dialógica e humanista; é, portanto, um ponto convergente de estudos, consultas, hora do conto e leitura para alunos e comunidade em geral. É constituída por um acervo específico, de acordo com a faixa etária de 15 a mais de 80 anos, e organizada de forma a permitir que as diferentes Totalidades possam utilizá-lo em seus trabalhos de leitura e pesquisa.

O espaço reservado ao serviço de Orientação Educacional e ao serviço de Coordenação Pedagógica ocupa duas salas pequenas, uma contígua à outra, e tem o objetivo de guardar documentos pedagógicos, documentos referentes à vida dos alunos, assim como o encaminhamento destes a outros profissionais. A sala da Orientação Educacional também tem reservado um espaço para atendimentos individuais.

O Laboratório de Ciências é o espaço reservado à exploração e experimentação da área de conhecimento das Ciências Químicas, Físicas e Biológicas, equipado com mobiliário e materiais específicos.

A sala de Informática, espaço tecnológico com o objetivo de ampliar e qualificar as propostas pedagógicas com a utilização das tecnologias da Internet.

A sala de Coordenação de Turno é o espaço utilizado para auxiliar na organização dos tempos e espaços da organização da escola como facilitador do processo de ensino e aprendizagem.

A sala dos professores é o espaço reservado à realização de atividades relativas ao planejamento e organização dos materiais pedagógicos, possuindo um WC privativo.

Sala de Integração e recursos oferece atendimento especializado a alunos da educação especial (transtornos globais do desenvolvimento e deficiência intelectual) que necessitam de trabalho complementar de aprendizagem.

O Laboratório de Aprendizagem é uma sala organizada a oferecer atendimento aos alunos com dificuldades no processo de aprendizagem. Sua organização, mobiliário e materiais são dispostos de forma a propiciar o desenvolvimento de atividades individuais ou em grupos.

A sala de Artes é um espaço voltado para o desenvolvimento das Artes Plásticas e Cênicas. A distribuição dos materiais é concernente às atividades desenvolvidas.

Sala de Multimeios, organizada para reuniões, palestras, projeção de filmes e outras atividades pedagógicas.

Cozinha: espaço de confecção dos alimentos. Ela ainda não possui o perfil físico exigido. Deverá sofrer uma modificação estrutural para seguir a higiene e a segurança necessárias ao lugar, bem como uma sala para o depósito de alimentos.

Três quadras de esportes (uma com cobertura), sala refeitório, cozinha (estas duas áreas em projeto de alteração de espaço para melhor atender os alunos com refeições mais saudáveis), banheiros masculino e feminino em todos os andares.

No térreo, na parte externa do prédio, estamos implantando um projeto de educação ambiental, com captação de água da chuva e um viveiro-sala de aula para experiências de plantio.

Os banheiros, tanto os masculinos quanto os femininos, do térreo e do primeiro andar são acessíveis a todos e comportam o número de alunos. Em relação à

acessibilidade, há uma rampa de acesso do térreo ao primeiro andar que já fazia parte da arquitetura antiga do prédio. A rampa facilita o acesso dos deficientes físicos, mas a passagem do primeiro ao segundo andar somente acontece através de escadas. Portanto, os alunos cadeirantes ou muito idosos não têm possibilidade de frequentar as aulas que funcionam no segundo andar.

10 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

A reorganização anual interna dos Recursos Humanos (RH) do Centro deve atender às necessidades do PPP e acontecer a partir da avaliação do processo pedagógico anual. Desta forma, considera-se coerente que o processo pedagógico deva nortear a organização do RH (necessidade de professores, oficineiros e estagiários) do Centro junto à SMED e balizar os critérios de lotação das turmas, sendo estes discutidos no coletivo dos professores, revistos semestralmente e registrados em ata.

Para tornar viável essa possibilidade, o Centro faz constar no seu calendário um tempo específico, anterior ao fechamento de quadro de RH, para avaliar e elaborar o seu Plano Global.

Todas as funções dos setores, excluindo a do secretário, são precedidas de apresentação e aprovação de projetos. Seu desenvolvimento é concomitante ao período da gestão, mas com avaliação anual.

10.1 EQUIPE DIRETIVA, PEDAGÓGICA E CULTURAL

Considerando o princípio da democracia direta, as ações da equipe diretiva, pedagógica e cultural do Centro devem estar a serviço dos trabalhadores que nele atuam e estudam.

Para garantir o princípio de autonomia moral e intelectual do Centro, o compromisso com o debate público e coletivo, envolvendo todos os segmentos, precede as decisões e encaminhamentos da equipe. Assim, a equipe eleita direciona a participação nas ações cotidianas, supera a divisão social do trabalho entre quem pensa e quem faz, quem decide e quem obedece. O respeito à diversidade e à pluralidade como princípio está na forma como são encaminhadas as questões.

A Equipe Diretiva, Pedagógica e Cultural coordena e articula, nos diferentes segmentos, juntamente com o Conselho Escolar, o Processo Político Pedagógico Cultural e Administrativo do Centro.

A Equipe Diretiva, Pedagógica e Cultural é composta por: Diretor (a), Vice-Diretor(a), Assessor(a) Financeiro(a), Coordenador(a) Pedagógico(a), Coordenador(a) de Turno, Coordenador(a) Cultural, Orientador(a) Educacional e Assessorias Especializadas (professor(a) de educação especial, professor(a) com formação em psicopedagogia, professor(a) com capacitação na área da deficiência visual e secretário(a).

10.1.1 Direção

A direção é composta por diretor e vice-diretores, e a eleição dá-se de acordo com a legislação vigente (Lei n.7365/93).

Tendo como norte o princípio da democracia direta, as ações da direção devem ser precedidas de debates e decisões do coletivo, deslocando a democratização do processo eleitoral para as ações cotidianas, através do Plano Global Anual.

10.1.2 Assessoria Financeira

A assessoria financeira é exercida por um(a) professor(a) cuja função é auxiliar a direção nas questões administrativo-pedagógicas no que diz respeito à elaboração do planejamento de gastos, à compra de todo o material necessário ao bom funcionamento do Centro e à prestação periódica de contas junto à mantenedora. Este profissional é escolhido pela direção.

10.1.3 Coordenação Cultural

A Coordenação Cultural deve ser exercida por professor que possa flexibilizar seu horário conforme as necessidades e peculiaridades do trabalho. Esta coordenação desenvolve seu trabalho em consonância com o PPP, fazendo a relação Centro, cultura e comunidade. O professor é eleito conforme projeto

apresentado e aprovado pelo coletivo de professores. Na ausência de candidatos, o coordenador é indicado pela direção, apresentando projeto para o coletivo do Centro.

10.1.4 Coordenação de Turno

A Coordenação Pedagógica de Turno é composta por professor indicado pela direção do Centro. Sua função está diretamente vinculada à direção e tem por objetivo acolher, orientar, mediar, encaminhar e registrar as questões relacionadas com os alunos e suas famílias no espaço escolar para a boa organização do ambiente de trabalho.

10.1.5 Coordenação Pedagógica

Essa coordenação desenvolve seu trabalho em consonância com o PPP e é exercida por professores escolhidos por seus pares, mediante apresentação de projeto para coordenar, mediar e sistematizar as ações pedagógicas entre professores, educandos, direção e Conselho Escolar do CMET Paulo Freire, assim como das extensões. Na ausência de candidatos, o coordenador pedagógico é indicado pela direção, apresentando projeto para o coletivo deste Centro.

10.2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional é composta por profissionais com formação específica em Orientação Educacional e que desenvolvem seu trabalho em consonância com o PPP. Esses profissionais são eleitos no coletivo de professores, levando em conta o projeto de trabalho apresentado ao referido coletivo do Centro. Na ausência de candidatos, o orientador educacional é indicado pela direção.

10.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E SALAS DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS (SIRS)

O atendimento especializado é composto por profissionais com formação específica: professor(a) de educação especial especialista na área da deficiência

intelectual, professor(a) com habilitação na área da deficiência visual, com atuação na SIR. Estes profissionais desenvolvem seu trabalho em consonância com o PPP e conforme explicita a Resolução CNE/CEB 4/2009.

10.4 PSICOPEDAGOGIA

O serviço de psicopedagogia é realizado por professores com formação específica em psicopedagogia. Exercem seu trabalho junto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que necessitam de uma investigação mais aprofundada nas questões bio-psico-sociais. Esses professores também apresentam projetos de trabalho ao coletivo do Centro.

10.5 LABORATORIO DE APRENDIZAGEM

O serviço do Laboratório de Aprendizagem, com ênfase no letramento, é exercido por professores que apresentem projeto que deve ser aprovado pelo coletivo de professores.

10.6 BIBLIOTECA

Os profissionais que trabalham na biblioteca são professores que apresentam projeto específico aprovado em reunião para tanto. Todo o trabalho desenvolvido pela biblioteca deve estar em consonância com o PPP do Centro.

10.7 PROGRAMA DE TRABALHO EDUCATIVO (PTE)

O PTE conta com professor especializado em Educação Especial que o trabalho teórico e prático dos professores que fazem todo o acompanhamento dos alunos na sala de aula e nos locais de trabalho, auxiliando-os e orientando-os nos seus deveres de estagiários, bem como às chefias e colegas, fazendo a mediação no processo de inserção de todos os envolvidos. Este trabalho dos educandos se configura como estágio educativo remunerado.

10.8 CURSOS / OFICINAS

É de fundamental importância para o CMET, enquanto centro de educação que desenvolve o currículo da educação permanente ao longo da vida, o oferecimento de cursos e ou oficinas. Os profissionais são professores com formação e carga horária específica e ou professores com habilidade e experiência que se dispõem a complementar sua carga horária nestas atividades.

10.9 PROFESSORES

Este segmento é formado pelo conjunto de professores devidamente habilitado, concursado pela Rede Municipal de Ensino e designado para o exercício das diversas funções docentes neste Centro, de acordo com legislação do funcionalismo público, e com atuação tanto na Sede como nas Extensões. Compreende-se como função docente o exercício de atividades exercidas por professores em sala de aula ou como professor volante que atua em conjunto com o professor referência na qualificação do trabalho pedagógico em sala de aula e, na ausência do professor referência nas Totalidades Iniciais e Finais, o professor volante poderá atuar também como substituto.

10.10 SECRETARIA

O Serviço de Secretaria é composto, preferencialmente, por funcionários lotados como assistentes administrativos, podendo também ser exercido por professores. Todavia, o Secretário do Centro é indicado pela direção.

10.11 NUTRIÇÃO

É composto pelos seguintes cargos: Técnico de Nutrição, Cozinheiro e Auxiliar de Cozinha. O técnico de nutrição tem a responsabilidade de organizar e controlar a

chegada dos alimentos, bem como o preenchimento dos mapas da merenda escolar. O cozinheiro é responsável pela confecção da alimentação e acondicionamento dos gêneros. O auxiliar de cozinha ajuda e dá sustentabilidade à tarefa do cozinheiro.

10.12 SERVIÇOS GERAIS

Os serviços gerais abrangem a conservação e limpeza do Centro e, atualmente, esta função está terceirizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE Parecer *CNE/CEB 11/2000* – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. CNE *Resolução 04/2009* – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação.

_____. MEC. *Lei 2732/2008* - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

COMERLATO, Denise. *Os trajetos do Imaginário e a Alfabetização de Adultos*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 1998.

CONFINTEA V. *Declaração de Hamburgo*. Hamburgo, 1997.

_____. *Marco de Ação de Belém*. Belém, 2011.

PORTO ALEGRE. *Conselho Municipal de Educação*. Parecer nº 006, de 22 de maio de 2003 - Fixa normas para a elaboração do PPP e do regimento escolar do Sistema Municipal de Educação.

_____. *Conselho Municipal de Educação*. Parecer nº 009, de 08 de janeiro de 2009 - Estabelece diretrizes para a oferta da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - , ensino fundamental, nas instituições de educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____. *Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1991.

RIO GRANDE DO SUL – Conselho Estadual de Educação. *Lei nº 10.846*, de 19 de agosto de 1996 - Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais e dá outras providências.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Educação.
Resolução 009/2009 – Estabelece diretrizes para a oferta da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental nas instituições de educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação.
Regimento do CMET Paulo Freire, 2000.

SILVA, Ezequiel T. Teoria e Prática da Leitura in: *Leitura e Realidade Brasileira*. São Paulo: Mercado Aberto, 1980.